



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DG

RELATORIA: DG

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 39/2021

OBJETO: Proposta de norma para estabelecer critérios e procedimentos para ocupação de cargos comissionados no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e autorizar a alocação de cargos comissionados a Chefes de Projetos Especiais.

ORIGEM: SUDEG

PROCESSO (S): 50500.015235/2020-95

PROPOSIÇÃO PRG: PARECER N. 00350/2020/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de proposta de norma para estabelecer critérios e procedimentos para ocupação de cargos comissionados no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e autorizar a alocação de cargos comissionados a Chefes de Projetos Especiais.

2. DOS FATOS

2.1. A iniciativa de regulamentação interna para ocupação de cargos comissionados é da Superintendência de Gestão Administrativa (SUDEG), cuja motivação foi trazida aos autos desse processo administrativo em 17 de fevereiro de 2020, por meio da Nota Técnica – ANTT 598 (2707385).

2.2. A minuta de norma foi apresentada por meio do Relatório à Diretoria 73 (2722475) e encaminhada, após sorteio, para relatoria pela Diretoria Weber Ciloni (DWE). A DWE solicitou esclarecimentos adicionais, por meio de diligência, à SUDEG (2942368) e, posteriormente, análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) (3354940).

2.3. A PF-ANTT se manifestou nos autos por meio da Nota nº 00105/2020/PF-ANTT/PGF/AGU (3460128) e, novamente, por meio do Parecer nº 00350/2020/PF-ANTT/PGF/AGU (3941342). Em ambas as manifestações fez recomendações à SUDEG, que foram incorporadas à minuta de normativo.

2.4. Considerando o transcurso do tempo após o encaminhamento do processo em diligência, o Diretor Weber Ciloni solicitou o cancelamento da distribuição do processo, com fulcro no art. 55, inciso III e art. 66, §4, do Regimento Interno da ANTT, por meio do Despacho DWE 3872233.

2.5. O processo foi redistribuído para o Diretor-Geral em exercício a época, em sorteio realizado em 17 de setembro de 2020. Após análise pela Assessoria do Diretor-Geral, foi encaminhado o Despacho Diretoria DG 4248705 à SUDEG contendo proposta de alteração da minuta.

2.6. A SUDEG se manifestou sobre a proposta de alteração por meio do Despacho GEPEs 4560788, e apresentou nova Minuta de Resolução (4561401).

2.7. Considerando o término do seu mandato e a relevância do tema da proposta de norma, o Diretor Marcelo Vinaud, Diretor-Geral em exercício a época, avaliou ser mais adequado que a nova composição da Diretoria Colegiada deliberasse sobre o assunto, consoante Despacho DG5275364, de 08 de fevereiro de 2021.

2.8. O cancelamento da distribuição foi aprovado pela Diretoria Colegiada, conforme dispõe o Despacho CODIC5376769. Posteriormente, os presentes autos foram redistribuídos a atual Diretoria-Geral em exercício para análise e proposição em Reunião de Diretoria (5448895).

2.9. A fim de sanear dúvidas em relação à legislação de pessoal vigente, nos termos do §1º do art. 54 do Regimento Interno da ANTT, a GEPEs foi novamente consultada, tendo prestado as informações pertinentes mediante o Despacho GEPEs 6142288, em 29 de abril de 2021.

2.10. Esse é o breve relato dos fatos.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Ao propor a edição de norma para regulamentar a ocupação de cargos no âmbito da ANTT, a SUDEG busca dar cumprimento ao Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, que estabelece que “os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão observar, para os atos de nomeação ou de designação de quaisquer cargos em comissão”, os critérios postulantes no Decreto 9.727, de 15 de março de 2019.

3.2. O Decreto nº 9.727/2019, por sua vez, dispõe sobre “os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE

na administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.

3.3. Considerando que, dessa forma, a ANTT deve passar a observar os critérios do Decreto nº 9.727/2019 para nomeação e designação de cargos comissionados, é importante compreender, brevemente, o seu conteúdo e as diretrizes que foram apontadas.

Decreto nº 9.727/2019

3.4. Ao estabelecer critérios mínimos para ocupação de cargos e funções do Poder Executivo, tanto no que diz respeito à reputação do postulante quanto do seu perfil profissional, o Decreto nº 9.727/2019 tem o objetivo de trazer uma maior qualidade ao quadro de pessoal do Executivo Federal.

3.5. Primeiramente, o Decreto estabelece critérios gerais, conforme o seu art. 2º:

“Art. 2º São critérios gerais para a ocupação de DAS ou de FCPE:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido postulante; e

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.”

3.6. Em seguida, discorre sobre os requisitos de perfil profissional e formação acadêmica considerados compatíveis com o nível hierárquico de cada cargo. Para isso, o Decreto nº 9.727/2019 adota da dinâmica dos critérios excludentes, isto é, o postulante deve atender a, no mínimo, um dos requisitos descritos.

3.7. É possível depreender do texto do Decreto, considerando ainda a opção pela dinâmica dos critérios excludentes, que o legislador buscou o equilíbrio e a equiparação entre três aspectos relevantes para ocupação de cargos comissionados, no que diz respeito ao perfil profissional. São eles: (1) o tempo de experiência profissional, (2) a formação acadêmica e (3) o tempo de experiência anterior em ocupação de outros cargos comissionados. Em outros termos, por exemplo, o postulante poderá demonstrar que possui experiência profissional suficiente e adequada para ocupação do cargo comissionado ou, alternativamente, demonstrar que teve formação acadêmica satisfatória, em tema pertinente ao cargo comissionado em questão.

3.8. O Decreto ressalta que a escolha final do ocupante do cargo comissionado é “ato discricionário da autoridade responsável pela nomeação ou pela designação”, razão pela qual prevê a dispensa dos requisitos, motivadamente, pela autoridade máxima competente, no caso, o Ministro de Estado titular do órgão.

3.9. O Decreto ainda prevê outras questões relativas ao procedimento para nomeação ou designação em cargos comissionados, tais como a possibilidade, se assim desejar a autoridade competente, de se utilizar de processo seletivo para subsidiar a decisão e a distribuição de competências e responsabilidades entre a autoridade competente, o órgão ou entidade em que o cargo comissionado será ocupado e o próprio ocupante.

3.10. Por fim, o Decreto prevê um período para adequação dos cargos comissionados ocupados em momento anterior à sua vigência, seja pela busca dos requisitos mínimos pelo ocupante, seja pela sua exoneração ou dispensa.

3.11. É a breve análise dos termos do Decreto nº 9.727/2019.

Incorporação pela ANTT

3.12. A ordenação para a observância de critérios para a ocupação de cargos comissionados foi incorporada pela Política de Gestão de Pessoas da ANTT, aprovada por meio da Deliberação nº 836, de 20 de agosto de 2020.

“Art. 5º A gestão de pessoas da Agência será orientada pelas seguintes diretrizes:

(...)

IV - estabelecimento de critérios para ocupação de cargos comissionados baseados nas competências e nos perfis profissionais necessários à instituição;

(...)”

3.13. Além do ordenamento jurídico imposto, também se observam as questões relativas às boas práticas de governança no serviço público. O Tribunal de Contas da União (TCU), demonstrando a relevância do tema, pesquisa as práticas de governança adotadas pelas instituições e calcula o chamado Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG), cuja principal função é medir o nível de maturidade em relação à governança pública.

3.14. Dada a motivação para edição da norma, passa-se a análise da Minuta de Resolução GEPES 4561401.

Análise da Minuta de Resolução GEPES 4561401 – escopo e estrutura

3.15. A minuta de resolução estabelece critérios para ocupação de cargos em comissão, dispõe sobre procedimentos referentes ao processo seletivo para cargos em comissão e autoriza a alocação de cargos comissionados para os Chefes de Projetos Especiais no âmbito ANTT. A Resolução em si se serve exclusivamente para aprovar o Anexo, que contém toda a proposta de regramento a ser adotado.

3.16. A minuta de Anexo está dividida em 4 (quatro) capítulos, quais sejam:

1. Das Disposições Iniciais
2. Do Processo Seletivo
3. Da Alocação de Cargos Comissionados para os Chefes de Projetos Especiais
4. Disposições Finais

3.17. O primeiro capítulo tem o objetivo de estabelecer os critérios para ocupação de cargos comissionados no âmbito da ANTT, determinar os percentuais mínimos de cargos que deverão ser ocupados por servidores efetivos e indicar a distribuição de cargos comissionados dentre as funções exercidas pelo ocupante do cargo.

3.18. O segundo capítulo define o procedimento para realização de processo seletivo. Não obstante os cargos comissionados serem de livre nomeação e exoneração pelos gestores das unidades organizacionais, é possível realizar processo seletivo para ocupação desses cargos, razão pela qual a proposta de resolução o disciplina.

3.19. O terceiro capítulo prevê a ocupação de cargos comissionados por Chefes de Projetos Especiais. São projetos estratégicos, de grande relevância e complexidade, cujos chefes, pela responsabilidade que lhes é atribuída, poderá ocupar um cargo comissionado durante o período em que exercer essa função.

3.20. Por fim, o quarto capítulo, das Disposições Finais, são estabelecidos os regramentos gerais para a implementação da norma, tais como período de adequação e prazo para vigência.

3.21. Observa-se que, sob o ponto de vista do seu escopo, a proposta de norma contemplou plenamente as determinações dos Decretos nº 9.727/2019 e 9.916/2019, visto que propõe, para os cargos comissionados no âmbito da ANTT, critérios para distribuição em funções e requisitos mínimos para sua ocupação.

3.22. Quanto à estrutura, ao apresentar todo o conteúdo normativo por meio do Anexo, a minuta de resolução não parece adequada.

3.23. O Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado, e se aplica, subsidiariamente, à elaboração dos demais atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal. Em seu art. 5º, estabelece as três partes básicas de um ato normativo:

“Art. 5º O ato normativo será estruturado em três partes básicas:

I - parte preliminar, com:

a) a ementa; e

b) o preâmbulo, com:

1. a autoria;

2. o fundamento de validade; e

3. quando couber, a ordem de execução, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação da norma;

II - parte normativa, que conterá as normas que regulam o objeto; e

III - parte final, com:

a) as disposições sobre medidas necessárias à implementação das normas constantes da parte normativa;

b) as disposições transitórias;

c) a cláusula de revogação, quando couber; e

d) a cláusula de vigência.”

3.24. Em observância ao que dispõe o Decreto nº 9.191/2017, com o objetivo de trazer maior clareza e precisão à proposta de norma, a estrutura foi alterada para que todo o seu conteúdo fosse disposto na resolução em si, dispensando a utilização de anexo.

3.25. Passa-se agora à análise de mérito e de legística dos dispositivos da proposta de norma.

Análise da Minuta de Resolução GEPES 4561401 – mérito

3.26. Tendo em vista o conteúdo e as diretrizes do Decreto nº 9.727/2019, explicitados brevemente em momento anterior deste voto, mas, principalmente, com o objetivo de aprimorar a governança pública no contexto da ANTT, a Minuta de Resolução foi analisada sob o ponto de vista de mérito. Foram identificadas algumas oportunidades para o aprimoramento da proposta de norma, que serão relatadas a seguir.

• Das Disposições Iniciais

Inclusão de artigo para ampliar o requisito de nível superior para ocupação de cargo comissionado

3.27. A minuta de Resolução propôs, inicialmente, como um dos requisitos mínimos para ocupação de cargos comissionados em função de Coordenador, Gerente e Superintendente a necessidade de possuir formação em nível superior.

3.28. Considerando que para a função de Coordenador estão previstos os cargos em comissão de nível CCT V ou CGE IV, dependendo do vínculo do ocupante com a Administração Pública, e que para outras funções também são alocados cargo desse mesmo nível, a exemplo das funções de

assessoria aos Diretores, entende-se que o critério de formação em nível superior ou pós-graduação deva ser ampliado para todos os ocupantes de cargos comissionados do nível CCT V ou superior.

3.29. Assim, a minuta foi alterada para inclusão do seguinte artigo:

Art 3º Os ocupantes de cargos comissionados de nível igual ou superior a CCT V deverão possuir formação em nível superior ou pós-graduação.

Alteração dos critérios para ocupação de cargo comissionado em função de Coordenador

3.30. Para ocupação de cargo comissionado em função de Coordenador, a minuta proposta estabeleceu 3 (três) critérios mínimos, a serem atendidos de forma concomitante pelo postulante, quais sejam: (1) tempo de experiência profissional, (2) formação acadêmica em nível superior e (3) capacitação em temas da Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT.

3.31. Inicialmente, propõe-se a exclusão do critério de formação em nível superior ou pós-graduação. Considerando a proposta anterior de inclusão de artigo para ampliação do requisito de nível superior ou pós-graduação para ocupantes de cargos comissionados de nível CCT V ou superior, não seria necessário especificar o mesmo requisito para a função de Coordenador.

3.32. Ainda, no sentido do que estabeleceu o Decreto nº 9.727/2019, entende-se que os critérios de tempo de experiência profissional e de horas de capacitação em temas da Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT podem ser excludentes entre si. Ou seja, na ausência de tempo suficiente de experiência profissional, o postulante ao cargo pode suprir essa carência demonstrando desempenho satisfatório em capacitação pertinente ao cargo.

3.33. Com base no exposto, propõe-se alteração na minuta de resolução, no dispositivo que trata dos critérios para designação de Coordenador, na forma a seguir:

Art. 3º Além do disposto no art. 1º e no art. 2º, os ocupantes de cargos designados para função de Coordenador deverão atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos em atividades correlatas às áreas de atuação da ANTT ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências gerenciais do cargo;

II - ter concluído capacitação em temas relacionados à Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT, com carga horária mínima acumulada de 40 (quarenta) horas nos últimos 3 (três) anos.

Alteração dos critérios para ocupação de cargo comissionado em função de Gerente e Superintendente

3.34. Para ocupação de cargo comissionado em função de Gerente e Superintendente, a minuta proposta estabelece 4 (quatro) critérios. Além dos relativos ao tempo de experiência profissional, à formação em nível superior e à capacitação em temas relacionados à Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT, também foi incluído critério sobre a ocupação anterior de cargo comissionado de nível gerencial.

3.35. Inicialmente, na direção da dinâmica estabelecida pelo Decreto nº 9.727/2019, propõe-se que os critérios para ocupação de cargo comissionados na função de Gerente ou Superintendente sejam excludentes. Nesse caso, dos critérios elencados, propõe-se que o postulante atenda a, no mínimo, 2 (dois).

3.36. Ainda, assim como para a função de Coordenador, propõe-se que a minuta seja alterada para excluir o dispositivo que estabelece a formação em nível superior ou pós-graduação como critério para ocupação de função de Gerente, visto que foi proposta ampliação dessa exigência para todos os ocupantes de cargos comissionados de nível igual ou superior ao CCT V.

3.37. Para o tempo de experiência profissional, considerando a proposição do cargo comissionado de nível CGE II para a função de Gerente e CGE I para a função de Superintendente, ao compatibilizar com os requisitos para ocupação do cargo DAS de nível 5 para Gerente e DAS de nível 6 para Superintendente, nos termos do Decreto nº 9.727/2019, verifica-se que ambos teriam o mesmo nível de exigência. No entanto, entendendo que, no âmbito da ANTT, a função de Superintendente é superior a de Gerente, considerando as responsabilidades inerentes aos cargos, convém que os requisitos para ocupação da função de Superintendente sejam incrementados em relação aos requisitos para a função de Gerente.

3.38. Dessa forma, entende-se que o mais adequado, como critério de tempo mínimo de experiência profissional, seria de 5 (cinco) anos para Gerente e de 6 (seis) anos para Superintendente.

3.39. A minuta propõe, ainda, a possibilidade de o postulante comprovar a sua experiência em função gerencial não só no serviço público, mas na iniciativa privada. Entende-se essa proposta como bastante salutar, na medida em que oferece uma gama maior de possibilidades para que as unidades organizacionais busquem os perfis profissionais mais adequados. Todavia, mais relevante que o nível hierárquico ocupado no organograma empresarial, seria a observância, para fins de apuração da equivalência entre cargos no serviço público e na iniciativa privada, das competências necessárias para o desenvolvimento das funções e das atribuições desempenhadas durante a ocupação do cargo.

3.40. Por fim, entende-se pertinente que a ANTT valorize, para as funções de Gerente e Superintendente, o investimento do postulante em sua formação acadêmica. Desse modo, propõe-se a inserção de título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às atribuições da unidade organizacional, como um dos critérios para ocupação de cargo comissionado em função de Gerente

ou Superintendente.

3.41. Assim, mantido o dispositivo que trata da capacitação em temas da Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais, propõe-se alterar a minuta de resolução, sobre os critérios para ocupação da função de Gerente e Superintendente, conforme disposições a seguir:

Art. 4º Além do disposto no art. 1º e no art. 2º, os ocupantes de cargo designados para função de **Gerente** deverão atender, no mínimo, a 2 (dois) dos seguintes critérios:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, 5 (cinco) anos em atividades correlatas às áreas de atuação da ANTT ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências gerenciais do cargo;

II - ter concluído capacitação em temas relacionados à Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT, com carga horária mínima acumulada de 60 (sessenta) horas nos últimos 3 (três) anos;

III - possuir pós-graduação em área correlata à função gerencial a ser ocupada, em nível de especialização, MBA, mestrado ou doutorado; e

IV - possuir experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em cargo gerencial de nível igual ou superior ao CAILI ou ao CCTIII.

Parágrafo único. Os critérios para ocupação de cargos designados para as funções de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral e de Chefes de Órgãos de Assessoramento e Apoio, vinculados diretamente ao Gabinete do Diretor-Geral, serão os mesmos estabelecidos para ocupação da função de Gerente.

Art. 5º Além do disposto no art. 1º e no art. 2º, os ocupantes de cargos designados para função de **Superintendente** deverão atender, no mínimo, a 2 (dois) dos seguintes critérios:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) anos em atividades correlatas às áreas de atuação da ANTT ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências gerenciais do cargo;

II - ter concluído capacitação em temas relacionados à Matriz de Competências Comportamentais Gerenciais da ANTT, com carga horária mínima acumulada de 80 (oitenta) horas nos últimos 3 (três) anos;

III - possuir pós-graduação em área correlata à função gerencial a ser ocupada, em nível de especialização, MBA, mestrado ou doutorado; e

IV - possuir experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em cargo gerencial de nível igual ou superior ao CGE IV ou ao CCT IV.

Inclusão de artigo para tratar da equiparação entre o cargo comissionado de nível gerencial no serviço público e a função gerencial na iniciativa privada

3.42. Inicialmente, a minuta de resolução proposta busca demonstrar e equiparação entre o cargo comissionado de nível gerencial no serviço público e o cargo gerencial na iniciativa privada, com foco na posição hierárquica do cargo no organograma empresarial. Como relatado anteriormente, no item que tratou das propostas de alteração da minuta sobre os critérios para ocupação de cargos comissionados em função de Gerente e de Superintendente, entende-se ser mais adequada a equiparação em cargos gerenciais no serviço público e na iniciativa privada com base nas competências atribuídas aos cargos.

3.43. Assim, propõe-se a inclusão de um artigo para estabelecer a possibilidade de equiparação entre os cargos gerenciais no serviço público e na iniciativa privada, bem como para especificar que a análise de equiparação deverá ser feita com base nas competências associadas aos cargos.

3.44. Propõe-se o artigo nos seguintes termos:

Art. X Poderá ser considerada experiência profissional em cargo gerencial, nos termos do art. 4º, IV, e art. 5º, IV, aquela adquirida na iniciativa privada, desde que as competências e atribuições do cargo ocupado sejam equivalentes às que serão desempenhadas quando da ocupação do cargo comissionado na ANTT.

Alteração do artigo que trata da realização de processo seletivo como procedimento preferencial para a nomeação de cargos comissionados

3.45. A minuta de resolução apresentada propõe, como procedimento preferencial para a nomeação em cargos comissionados, a realização de processo seletivo, conforme o dispositivo a seguir:

"Art. 7º As nomeações para os cargos em comissão de chefia serão, preferencialmente, precedidas de processo seletivo, a critério da autoridade máxima da respectiva Unidade Organizacional."

3.46. Inicialmente, é importante destacar que o cargo em comissão apresenta, como atributo inerente à sua natureza, a livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, como estabelece o art. 37 da Constituição Federal:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

(...)"

(grifou-se)

3.47. Buscando o aprimoramento do seu quadro de pessoal, o Executivo Federal estabeleceu requisitos mínimos que deverão ser observados quando da nomeação em cargos comissionados, por meio do Decreto nº 9.727/2019, que é a referência principal para o normativo que está sendo proposto.

3.48. Sobre o processo seletivo, o Decreto nº 9.727/2019, dispõe:

"Art. 6º A autoridade responsável pela nomeação ou designação poderá optar pela realização de processo seletivo destinado a subsidiar a escolha para a ocupação de DAS ou FCPE."

(grifou-se)

3.49. E sobre a escolha final do postulante, estabelece:

"Art. 7º Observado o disposto nos art. 2º, art. 3º, art. 4º, art. 5º e art. 9º, a escolha final do postulante é ato discricionário da autoridade responsável pela nomeação ou pela designação."

(grifou-se)

3.50. Assim, a realização de processo seletivo como procedimento **preferencial** para nomeação em cargos comissionados parece inadequada e incompatível com a natureza no ato em si. O que se observa é que o legislador buscou oferecer à autoridade competente a possibilidade da realização de processo seletivo, caso deseje, como ferramenta para subsidiar a sua escolha. Portanto, desde que observados os critérios estabelecidos, os cargos comissionados seguem sendo de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.

3.51. Assim, recomenda-se que o art. 7º da minuta de resolução proposta seja alterado da seguinte forma:

Art. 10 As nomeações para os cargos em comissão são de livre iniciativa da autoridade máxima da respectiva unidade organizacional, desde que cumpridos os requisitos previstos nesta Resolução ou no Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, quando aplicável.

3.52. Na sequência, ao tratar do Processo Seletivo, a proposta de texto o qualificará como uma opção de procedimento para subsidiar a escolha, pela autoridade competente, do ocupante do cargo comissionado.

Alteração da proposta de percentuais de cargos comissionados associados às funções de Coordenador, Gerente e Superintendente destinados aos servidores do quadro efetivo da ANTT

3.53. A minuta de resolução estabelece percentuais mínimos para a ocupação, por servidores do quadro efetivo da Agência, de cargos comissionados destinados às funções de Coordenador, Gerente e Superintendente. Os percentuais são os seguintes:

"Art. 8º Ficam destinados aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e do Quadro de Pessoal Específico da ANTT, observados os requisitos previstos nesta Resolução, no mínimo:

I - 70 (setenta) por cento dos cargos em comissão destinados a coordenadores de processos organizacionais e de unidades regionais;

II - 60 (sessenta) por cento dos cargos em comissão destinados a gerentes; e

III - 50 (cinquenta) por cento dos cargos em comissão destinados a superintendentes."

3.54. Verificou-se que, atualmente, a ANTT atende aos percentuais estabelecidos, não havendo impactos relevantes a serem administrados de início. Ocorre que, em segunda análise, entende-se que está sendo colocada uma restrição severa para a designação de Gerentes.

3.55. Destinou-se apenas 40 (quarenta) por cento das funções de Gerente para profissionais que não pertencem ao quadro efetivo da Agência. Esse percentual limita excessivamente a constituição das equipes por profissionais da iniciativa privada ou por servidores de outras instituições públicas, o que não é desejável.

3.56. Portanto, com o objetivo de ampliar o rol de possibilidades para a formação das equipes das unidades organizacionais, permitindo, assim, a ampliação do quadro de pessoal da ANTT, propõe-se reduzir o percentual de 60 (sessenta) para 50 (cinquenta) por cento dos cargos comissionados destinados à função de Gerente.

3.57. Assim, propõe-se o que segue:

Art. 11 Ficam destinados aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e do Quadro de Pessoal Específico da ANTT, observados os requisitos previstos nesta Resolução, no mínimo:

I - 70 (setenta) por cento dos cargos em comissão destinados a Coordenadores de processos organizacionais e de unidades regionais; e

II - 50 (cinquenta) por cento dos cargos em comissão destinados a Gerentes Superintendentes.

Alteração da proposta de distribuição dos cargos comissionados de acordo com a função a ser exercida

3.58. A minuta procura estabelecer, por meio do art. 9º, um padrão na distribuição dos cargos comissionados de acordo com a função a ser exercida. Assim, as alterações a serem propostas serão mais no sentido de complementar o texto proposto.

3.59. Desse modo, propõe-se as seguintes alterações:

- a) Para o cargo comissionado de nível CGE IV, incluir a função de Assessor-especial da Assessoria de Diretoria, de Coordenador de Núcleo, quando o nomeado não possuir vínculo com a Administração Pública e de Coordenador de Apoio;
- b) Para o cargo comissionado de nível CCT V, incluir as funções de Assessor das Assessorias de Diretoria e Coordenador de Núcleo, quando o nomeado possuir vínculo com a Administração Pública e Chefe de Projeto Especial;
- c) Para o cargo comissionado de nível CCT IV, incluir a função de Chefe de Projeto Especial e de integrante da Coordenação de Apoio;
- d) Para o cargo comissionado de nível CCT III, incluir a função de Chefe de Projeto Especial.

3.60. Os assessores das Assessorias de Diretoria foram incluídos com vistas a alcançar uma padronização entre essas unidades. Considerando que são unidades similares, com as mesmas competências regimentais, a padronização quanto aos cargos comissionados possibilita a igualdade de condições para execução de suas atividades.

3.61. As Coordenações de Apoio foram instituídas pelo §2º do art. 7º do Regimento Interno e se prestam a dar apoio técnico às Superintendências da ANTT. Por meio da Deliberação nº 270, de 12 de maio de 2020, ficou estabelecido que para cada Coordenação de Apoio a respectiva Superintendência teria um orçamento equivalente a 02 (dois) cargos de nível CCT IV e 1 (um) cargo de nível CGE IV:

"Art. 13. As Coordenações de Apoio previstas no §2º do art. 7º do Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução nº 5.888, de 2020, não integram o quantitativo máximo indicado no Anexo dessa Deliberação.

Parágrafo único. Cada Coordenação de Apoio será estruturada com orçamento equivalente a 02 (dois) Cargos Comissionados Técnicos IV (CCT IV) e 01 (um) Cargo de Gerência Executiva IV (CGE IV)."

3.62. Pretende-se, com a previsão dos cargos comissionados para a composição das Coordenações de Apoio no âmbito dessa norma, a padronização do corpo técnico das Superintendências. Dessa forma, em ato contínuo, caso a minuta de resolução proposta seja aprovada, para evitar contradições e entendimentos diversos entre normativos da Agência, propõe-se a alteração do parágrafo único do art. 13 da Deliberação nº 270/2020, nos termos na Minuta de Deliberação DG 5900108, para estabelecer a composição das Coordenações de Apoio.

3.63. A proposta de redação é conforme segue:

Art. 13.....

Parágrafo único. Cada Coordenação de Apoio será estruturada com 02 (dois) Cargos Comissionados Técnicos IV (CCT IV) e 01 (um) Cargo de Gerência Executiva IV (CGE IV).

3.64. Os Núcleos, como unidades temporárias previstas no Art. 10 do Regimento Interno da ANTT, possuem nível hierárquico semelhante ao de uma Coordenação. Desse modo, entende-se que aos Coordenadores de Núcleo deverá ser atribuído cargo comissionados de nível CCT V ou CGE IV.

3.65. Os Chefes de Projetos Especiais foram incluídos em atenção à própria minuta de resolução, que prevê a possibilidade de alocação dos cargos comissionados de nível CCT III, CCT IV ou CCT V.

3.66. Por fim, visando adequação ao Regimento Interno aprovado por meio da Resolução nº 5.888/2020, a função de Gerente de Auditoria Interna foi excluída da proposta. Atualmente, a Auditoria Interna conta com coordenações.

3.67. Assim, a proposta de redação para o artigo é a seguinte:

Art. 12 A nomeação para cargos em comissão observará a seguinte distribuição, de acordo com a função a ser exercida pelo ocupante do cargo:

I - CGE I: Superintendente;

II - CGE II: Auditor, Gerente, Ouvidor, Corregedor, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral e Procurador-Geral;

III - CGE III: Chefes de Órgãos de Assessoramento e Apoio, vinculados diretamente ao Gabinete do Diretor-Geral;

IV - CGE IV: Coordenador ou Coordenador de Núcleo, quando o nomeado não

possuir vínculo com a Administração Pública, Coordenador de Apoio e Assessor-especial das Assessorias de Diretoria;

V - CCT V: Coordenador ou Coordenador de Núcleo, quando o nomeado for servidor público efetivo ou empregado público, Assessor das Assessorias de Diretoria e Chefes de Projetos Especiais;

VI - CCT IV: Secretário-Executivo da Comissão de Ética, integrantes das Coordenações de Apoio, Chefes de Projetos Especiais; e

VII - CCT III: Chefes de Projetos Especiais.

• **Do Processo Seletivo**

Alteração do art. 11 para adequação quanto à possibilidade de utilização do processo seletivo para subsidiar a escolha do ocupante do cargo comissionado

3.68. Como mencionado anteriormente, pela natureza do ato de nomeação ou designação em cargos comissionados, é mais adequado considerar o processo seletivo como uma opção de procedimento para subsidiar a escolha do ocupante do cargo.

3.69. Assim, propõe-se a alteração do dispositivo, que passará a constar na minuta da seguinte forma:

Art. 11. O processo seletivo poderá ser utilizado para subsidiar a escolha de ocupante de qualquer cargo em comissão na ANTT, a critério da autoridade máxima da unidade organizacional, e será constituído pelas seguintes etapas:

I - elaboração de Edital de Seleção;

II - abertura da seleção;

III - avaliação; e

IV - decisão.

Adequação quanto às responsabilidades da Gerência de Gestão de Pessoas quando da realização de processo seletivo

3.70. Considerando as atribuições da Superintendência de Gestão Administrativa quanto ao planejamento, à coordenação e à supervisão das atividades relacionadas à Gestão de Pessoas, conforme Resolução ANTT nº 5.888, de 12 de maio de 2020, nos termos do art. 42 a seguir, entende-se inadequada a atuação subsidiária da Gerência de Gestão de Pessoas na realização de processo seletivo para subsidiar a escolha do ocupante de cargo comissionado.

"Art. 42. À Superintendência de Gestão Administrativa compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANTT, a execução das atividades relacionadas:

(...)

c) à gestão de Pessoal.

(...)"

3.71. Propõe-se, portanto, adequação do texto de modo que a Superintendência de Gestão Administrativa, por meio da Gerência de Gestão de Pessoas, exerça suas competências regimentais.

3.72. No caso do processo seletivo para nomeação em cargos comissionados, entende-se que a Gerência de Gestão de Pessoas deva ser a unidade responsável pelo planejamento e pela coordenação do processo. Às unidades organizacionais demandantes devem ser atribuídas funções de ordem mais técnica, como a especificação de requisitos específicos para a ocupação do cargo.

3.73. Inicialmente, propõe-se alteração para que a Gerência de Gestão de Pessoas seja responsável pela elaboração e divulgação do edital do processo seletivo, com base nos subsídios oferecidos pela unidade organizacional demandante, como segue:

Art. 12. O edital do processo seletivo será elaborado e divulgado pela Gerência de Gestão de Pessoas, a partir dos critérios estabelecidos pela unidade organizacional demandante, em observância aos instrumentos de gestão da Agência e aos aspectos legais e regimentais relacionados a ocupação do cargo e/ou designação para função.

3.74. Adicionalmente, considerando que a etapa de avaliação se dá no âmbito da unidade organizacional demandante, propõe-se que o resultado parcial do processo seletivo, após conclusão da etapa de entrevistas, seja encaminhado à Gerência de Gestão de Pessoas para que encerre o processo. Assim, seria responsabilidade da Gerência de Gestão de Pessoas avaliar a conformidade do processo seletivo, divulgar o resultado e convocar o candidato selecionado.

3.75. Para isso, propõe-se a inclusão do seguinte artigo:

Art. XX O resultado parcial do processo seletivo será encaminhado à Gerência de Gestão de Pessoas para verificação da conformidade.

Parágrafo único. A Gerência de Gestão de Pessoas dará publicidade ao resultado final do processo seletivo e convocará o candidato selecionado para nomeação.

Alteração sobre a inclusão dos candidatos não selecionados no processo seletivo em banco de talentos

3.76. A minuta de norma prevê que os candidatos não selecionados no processo seletivo sejam incorporados ao banco de talentos da ANTT. A proposta, no entanto, não traz as regras e os procedimentos para gestão do banco, tal como o tempo de permanência do currículo ou a forma que esses currículos estarão dispostos para auxiliar nas futuras escolhas de ocupantes de cargos.

3.77. O artigo que trata o banco de talentos dispõe:

"Art. 18. Os candidatos remanescentes do processo seletivo integrarão o banco de talentos da ANTT."

3.78. Primeiramente, é importante ressaltar que, quando houver a realização de processo seletivo, para cada cargo comissionado poderão ser requeridos conhecimentos técnicos bastante específicos. Nesses casos, os candidatos remanescentes dificilmente atenderiam aos requisitos de outros cargos.

3.79. Em outra situação, caso sejam requeridos conhecimentos mais genéricos, para utilização dos currículos do banco de talentos, a unidade organizacional precisaria realizar um trabalho comparativo entre os editais que selecionaram aqueles candidatos, na tentativa de criar um parâmetro de comparação entre candidatos selecionados sob diferentes referenciais de requisitos.

3.80. Ao que parece, a ANTT terá um custo elevado para a manutenção do banco de talentos, com a criação de regras, procedimentos e normativos, em vista do real benefício que poderia trazer para subsidiar os atos de nomeação em cargos comissionados. Ressalte-se, ainda, as características subjetivas inerentes à ocupação de cargos comissionados, como a relação de confiança entre os ocupantes e suas chefias imediatas e superiores.

3.81. Assim, entende-se que, em razão das características do ato de nomeação em cargo comissionado, pela sua discricionariedade, o banco de talentos terá pouca aplicabilidade, razão pela qual propõe-se a exclusão do dispositivo da minuta de resolução.

• **Da Alocação de Cargos Comissionados para os Chefes de Projetos Especiais**

3.82. A minuta de resolução proposta apresenta a possibilidade de alocação de cargos comissionados aos chamados Chefes de Projetos Especiais. Estabelece algumas diretrizes que permitem a classificação de projetos como especiais e determina quais o procedimento para a criação, gestão e encerramento de projetos especiais, bem como dos cargos comissionados previstos para a função de chefe desses projetos.

3.83. A proposta de alocação de cargos comissionados aos chefes de projetos estratégicos para a ANTT é positiva, principalmente sob o ponto de vista do aprimoramento da Governança Pública na Agência. Porém, entende-se que o procedimento proposto para criação e gestão dos projetos especiais é complexo e pode, por vezes, ir de encontro aos instrumentos de planejamento e gestão já institucionalizados.

3.84. Considerando o objetivo principal da proposta, que é o de alocar cargos comissionados àqueles que exercem funções complexas e de grande responsabilidade a frente de projetos estratégicos, propõe-se uma nova minuta de texto para o Capítulo III, mantendo a essência do propósito da norma, mas simplificando o procedimento.

3.85. A proposta para o Capítulo III é a seguinte:

CAPÍTULO III

DA ALOCAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO AOS CHEFES DE PROJETOS ESPECIAIS

Art. 23. As unidades organizacionais poderão formalizar equipes de trabalho para a execução de Projetos Especiais.

Parágrafo único. Os Projetos Especiais são aqueles considerados de maior relevância e complexidade pelas unidades organizacionais.

Art. 24. A formalização das equipes de trabalho se dará por meio de Portaria do Diretor-Geral, que deve conter, no mínimo:

I – Nome e matrícula dos membros da equipe;

II – Indicação do Chefe do Projeto e do seu suplente;

III – Objetivo do projeto, especificando entregas intermediárias, se houver; e

IV – Tempo de duração.

Art. 25 Ao Chefe de Projeto Especial poderá ser atribuído um dos seguintes cargos em comissão:

I – Cargo Comissionado Técnico - CCT III;

II – Cargo Comissionado Técnico - CCT IV; e

III – Cargo Comissionado Técnico - CCT V.

§1º O Chefe de Projeto Especial deverá possuir, no mínimo, formação em nível superior.

§2º Para os fins dessa Resolução, equiparam-se ao Chefe de Projetos Especiais o Fiscal de Contrato, desde que qualificado pelo Diretor-Geral, e o Presidente da Comissão de Outorga.

§3º A alocação de cargo em comissão ao Chefe de Projeto Especial se dará de forma discricionária pelo Diretor-Geral, observadas as restrições quanto à disponibilidade de cargos vagos.

Análise da Minuta de Resolução GEPES 4561401 – legística

3.86. Sobre os requisitos para ocupação de cargo comissionado em função de Gerente, propõe-se adequação do parágrafo que trata da equivalência entre as funções de Chefe de Gabinete e dos Chefes das unidades de assessoramento para maior clareza:

Parágrafo único. Os critérios para ocupação de cargos designados para as funções de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral e de Chefes de Órgãos de Assessoramento e Apoio, vinculados diretamente ao Gabinete do Diretor-Geral, serão os mesmos estabelecidos para ocupação da função de Gerente.

3.87. A minuta de norma prevê o período de 1 (um) ano para adequação da ANTT em relação aos cargos comissionados ocupados. Esse prazo é estabelecido ao longo do texto, para 3 (três) dispositivos, quais sejam:

"Art. 8º Ficam destinados aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e do Quadro de Pessoal Específico da ANTT, observados os requisitos previstos nesta Resolução, no mínimo:

I - 70 (setenta) por cento dos cargos em comissão destinados a coordenadores de processos organizacionais e de unidades regionais;

II - 60 (sessenta) por cento dos cargos em comissão destinados a gerentes; e

III - 50 (cinquenta) por cento dos cargos em comissão destinados a superintendentes.

Parágrafo único. Será concedido o prazo de 1 (um) ano, contado da entrada em vigor desta Resolução, para adequação dos percentuais previstos neste artigo.

[...]

Art. 24. Os atuais ocupantes dos cargos de que tratam os artigos 2º ao 4º terão o prazo de 1 (um) ano após a entrada em vigor desta Resolução para comprovar que atendem aos requisitos exigidos nesta norma, ainda que não atendessem na data da posse no cargo em comissão.

Art. 25. Será concedido o prazo de 1 (um) ano, contado da entrada em vigor desta Resolução, para regularização dos cargos relacionados às funções previstas no artigo 9º."

3.88. Entende-se que seria mais adequado que o período de adequação de 1 (um) ano fosse estabelecido em um único artigo, preferencialmente disposto na parte final da norma, Das Disposições Finais.

3.89. Segue a proposta de artigo:

Art. 26. Será concedido o prazo de 1 (um) ano, contado da entrada em vigor desta Resolução, para as adequações necessárias ao cumprimento dos requisitos de que tratam os art. 2º ao 6º, à distribuição de cargos por função de que trata o art. 12 e aos percentuais de ocupação de cargos em comissão por servidores do quadro efetivo da ANTT de que trata o art. 11.

3.90. Propõe-se, no art. 10, a alteração da expressão "Fica garantido" para "Deverá ser observado". Assim o artigo passar a ser:

Art. 10. Deverá ser observado o percentual mínimo de ocupação de cargos em comissão por mulheres em proporção equivalente ao percentual de mulheres do quadro de servidores da Agência.

3.91. Propõe-se nova redação para o § 1º do art. 12, com o objetivo de dar mais clareza e objetividade:

§ 1º A autoridade máxima da unidade organizacional demandante definirá os requisitos de qualificação a serem atendidos pelos candidatos e que constarão do edital do processo seletivo, observados os requisitos mínimos previstos nesta Resolução.

3.92. Propõe-se a alteração do § 1º do art. 16, conforme o seguinte:

§ 1º A unidade organizacional demandante poderá encaminhar aos candidatos temas específicos a serem abordados na entrevista, devendo o Edital estabelecer a antecedência mínima exigida para ciência dos candidatos.

3.93. Considerando que a Gerência de Gestão de Pessoas será responsável pela elaboração e divulgação do edital de processo seletivo, propõe-se a exclusão do § 4º do art. 12, o qual prevê:

"§ 4º O modelo de edital citado no caput será definido pela GEPES e divulgado periodicamente, conforme atualizações que se fizerem necessárias."

3.94. Propõe-se a exclusão do art. 17, descrito abaixo, por considerar que este não traz informação relevante para a realização de processo seletivo. Entende-se que, uma vez que não foi possível obter sucesso com o processo seletivo, seja pela ausência de candidatos, seja pela

inadequação dos candidatos inscritos, não haveria outra opção para a unidade organização demandante, se esta insistisse em escolher o ocupante do cargo por meio de processo seletivo, que não a realização de novo processo.

"Art. 17. Na hipótese de não ser selecionado qualquer dos candidatos, a Unidade Organizacional demandante poderá solicitar a abertura de novo processo seletivo."

3.95. Por fim, propõe-se a inclusão do art. 29, nas Disposições Finais, para deixar claro que, para os cargos comissionados não mencionados na Resolução, os critérios mínimos a serem observados para nomeação serão os estabelecidos pelo Decreto nº 9.727/2019.

Art. 29. Aplica-se, de forma supletiva e subsidiária, o Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Diante o exposto, VOTO por aprovar a proposta de norma para estabelecer critérios e procedimentos para ocupação de cargos comissionados e autorizar a alocação de cargos comissionados a Chefes de Projetos Especiais no âmbito da ANTT, conforme Minuta de Resolução DG (6343697) e Minuta de Deliberação DG (6343702).

Brasília, 06 de maio de 2021.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Diretor-Geral em exercício



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA, Diretor Geral em Exercício**, em 11/05/2021, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6343688** e o código CRC **879C8001**.

Referência: Processo nº 50500.015235/2020-95

SEI nº 6343688

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br